



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1975
(Sexta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel e secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Maurício Fruet.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e David Federmann (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

46/75

Curitiba, 19 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 20 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meireles na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça.

47/75

Curitiba, 19 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 05 de julho de 1975, pelo Governo do

Estado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando seu desenvolvimento e aplicação da Legislação específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça.

48/75

Curitiba, 19 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública que constituem receitas dos Fundos de Reequipamento do Departamento de Trânsito – FUNRESTRAN, de Reequipamento da Polícia Civil – FUNRESPOL e de Reequipamento Médico Sanitário – FUNRESAN, criados respectivamente pelas leis nºs 6.264, de 10 de janeiro de 1972; 6.102, de 27 de maio de 1970; e 6.361, de 21 de dezembro de 1972.

Esclarecimentos sobre a necessidade, oportunidade e interesse público, na adoção da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, estão contidos na inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 536/75, firmada pelo Secretário de Estado das Finanças.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer, por Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito – FUNRESTRAN, criado pela Lei nº 6.264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil – FUNRESPOL, criado pela Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970 e do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário – FUNRESAN, criado pela Lei nº 6.361, de 21 de dezembro de 1972.

Art. 2º – O artigo 3º da Lei nº 6.264, de 10 de janeiro de 1972 alterado pela Lei nº 6.470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito – FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato – tendo como membros, o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego, PMEP, o Chefe da 4ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria de Finanças.”

Art. 3º — Fica expressamente revogado o artigo 6º da Lei nº 6.264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental após ouvir o Plenário, requer sejam oficiados aos Exmos. Srs. Presidente da República, General Ernesto Geisel, Ministro da Agricultura, para que determinem aos órgãos competentes, a suspensão do abate de equinos e muars, no Território Nacional, visto que já foram dizimados e quase extintos a manada de nossos animais.

O Paraná já dizimou sua manada, penetrando no Estado de Mato Grosso, tornando-se, difíceis os controles dos abates, motivo pelo qual os Frigoríficos não cumprem com as determinações, isto é, não escolhendo idade, raça, etc... Comete-se crimes porque os animais abatidos poderiam prestar serviços úteis aos pequenos agricultores despidos de recursos para aquisição de maquinários.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor Regional do Funrural, solicitando o restabelecimento da sua representação na cidade de Palmeira para atendimento de seus associados, com todas as atribuições que dizem respeito a formalização e encaminhamento dos pedidos de benefício, bem assim, o fornecimento de certificados ou certidões negativas aos proprietários rurais, situação que está a exigir prontas providências, pois em face da extinção da referida representação os proprietários de terras do município e outros mais próximos que ali eram atendidos, estão obrigados a se locomover a cidade de Campo Largo.

Tal situação está causando à classe de proprietários rurais, uma série de transtornos, pelas dificuldades que vem encontrando na solução dos seus interesses, com dispêndio de tempo, em prejuízo das suas atividades, pois nem sempre numa só viagem vêem solucionado o seu problema; de outro lado, se constitui num ônus injustificável que normalmente não estão em condições de suportar, tanto mais sabido como é que a maioria são pequenos proprietários, que não dispõe de recursos financeiros, como também não dispõem aqueles que necessitam de benefício.

Ante o que fica exposto aguarda-se necessárias providências para atendimento da classe ruralista de Palmeira para atendimento do mesmo como também a municípios circunvizinhos, prejudicados com a medida de extinção da representação do Funrural naquela cidade.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Lê):

“Sr. Presidente.

Evoca-se, reverenciosamente, nesta Hora do Expediente, a personalidade de um grande morto.

Esta data, que é de 24 de agosto, constitui, para a Nação, uma das páginas mais tristes e negras de sua história.

Comemora-se o passamento de Getúlio Vargas, figura que se tornou legendaria e o símbolo das classes menos favorecidas, pelos benefícios de uma legislação social-trabalhista que surgiu da revolução vitoriosa de 1930, — De que foi o chefe supremo — definindo de modo mais humano as relações entre o Capital e o Trabalho, entrosando, por consequência, melhor, dentro de seus direitos e deveres, empregadores e empregados, visando a um entendimento compreensivo e cordial no interesse do bem estar e progresso da própria Pátria.

Isso demonstra o quanto representou para as massas trabalhadoras a perda de Getúlio Vargas, e sobretudo, pela forma como se procedeu o desaparecimento do seu incontestável condutor.

Os contemporâneos, que acompanharam desde 1930, passo a passo, o envolvimento de uma política e de uma administração, que procuravam distanciar-se dos métodos de uma situação desposta, talvez, com o correr dos anos, tenham se desencantado, com o que, afinal, se aproveitou, constituindo o arcabouço das instituições vigentes, que já sofrem impactos de toda natureza.

Salvo a dissolução das oligarquias com todos os seus singulares processos eleitorais, do Poder Legislativo com sua comissão de Poderes de triste memória, nada mais se pode apurar contra probidade dos políticos e governantes de 1930.

De qualquer forma, Senhor Presidente, a inauguração do novo regime, sob a chefia de Getúlio Vargas, apoiado pelas forças Armadas e pelo povo, acenava reforma de base na administração pública com repercussão nos Poderes Judiciário e Legislativo, a fim de que não houvesse dúvidas quanto a legitimidade dos mandatos representativos, na ação da magistratura nas atribuições específicas do Executivo, além de estabelecer melhores relações na comunidade trabalhadora, sob égide de órgãos de Justiça Social.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado e entregue à clarividência de Lindolfo Colo, encarregou-se de executar, nesse setor, as promessas da Revolução, em atendimento às reivindicações das massas obreiras até então postas à margem, cujas questões eram consideradas meros casos de polícia.

A Previdência Social, por seu lado, dotou a Nação de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões destinadas a assistir as diversas classes trabalhadoras.

Os Ministérios de Aeronáutica, Educação e Cultura e Saúde foram criação de um programa de Governo, incumbidos de ajudar, por seu turno, o desenvolvimento desta vasta Pátria.

Os territórios Federais, mutilando sensivelmente fronteiras de alguns Estados, como o Amazonas, talvez o mais prejudicado, sobre todos os aspectos, fez mudar os contornos geográficos do Brasil encontrados pelo Governo descrionário, que se instalou em começo de novembro de 1930.

Outras providências, em cumprimento do amplo programa de reforma estrutura política administrativa do País, foram adotadas, alterando substancialmente o que foi encontrado do regime claudicante dissolvido pelo movimento da Aliança Liberal.

A Constituição de 1934 selando tantas conquistas, ainda inovou quanto a representação classista na composição da Câmara baixa do Poder Legislativo.

A Carta de 1937, estabelecendo um Estado de exceção desembarcou-se dos legislativos, efixando suas atribuições nas mãos do Executivo, acompanhado em certas circunstâncias pelo Poder Judiciário mantido, contudo, em iniciativa pelas restrições consequentes.

Passará o chamado Estado Novo a impulsionar, sem maiores delongas, o Progresso do País, pela ação de um Executivo forte armado de Poderes amplos, com mandato de seis (6) anos, para o seu Chefe, podendo ser reeleito. O plebiscito, previsto em seus preceitos, se realizado, inevitavelmente teria homologado a Carta confirmando as prerrogativas do Chefe do Estado.

A 29 de outubro de 1945, extingue-se o regime de exceção, sendo convocadas, sob o Governo do Judiciário, as eleições gerais, com as quais se elevou novo ocupante à curul presidencial e se instalou a Assembléia Constituinte, que, em 1946, deu ao povo Brasileiro a sua Carta Magna, ficando restabelecidos os três Poderes harmônicos e independentes entre si.

Em 3 de outubro de 1950, após memorável pleito eleitoral, o antigo Chefe do Estado Novo é reconduzido à Presidência da República, se iniciando seu período constitucional a 31 de janeiro do ano seguinte, debaixo dos aplausos calorosos do povo brasileiro.

Depois de 3 anos e sete meses de governo, em consequência de aguda incontrollada crise política-militar, o grande Presidente, ao invés de submeter-se à pressão no sentido de sua renúncia ao elevado cargo, que do povo recebera, preferiu o sacrifício extremo em holocausto do princípio de autoridade, deixando a senha dos seus implacáveis inimigos o legado de sua morte.

Eis, Senhor Presidente, o que, com profunda tristeza e imensa saudade, se avoca nesta 24 de agosto, lembrando-se fatos deploráveis verificados naquele mês fatídico, que não honraram os foros de uma Nação civilizada, já desfrutando de um lugar no seio da comunidade internacional.

Getúlio Vargas teve um fim dramático, que não merecia. Foi levado ao gesto de desespero pela nobreza de sua alma e seu acendrado amor pátrio, pela tranquilidade e bem estar, enfim, do povo que o idolatrava, jamais concordando que o seu sangue fosse derramado com as consequências terríveis sobre a própria nacionalidade.

Não é nhgado o momento de fazer severo e imparcial exame das lamentáveis ocorrências de agosto de 1954 que causaram a morte do lidador e insubstituível, do líder inconstável das classes trabalhadoras, do Chefe Supremo do Partido Trabalhista Brasileiro.

Competirá aos pósteres, guiados por estoriadores imunes de paixões, apreciar a atuação de Getúlio Vargas à frente dos destinos do Brasil, desde os albores de 1931 até o instante em que se despediu do mundo inconformado com a injustiça dos homens apesar de já reconhecidas as excelências de suas progressistas administrações, de cunho Nacionalista, exteriorizadas durante a sua vida através do bronze em todos os recantos do País, para perpetuidade da estima e da gratidão de um povo nobre, leal e justiceiro.

Caberá aos contemporâneos, porém julgar e abominar os que, direta e indiretamente por suas ambições desenfreadas, por seu egoísmo subalterno, por seu oportunismo calculado, por seu interesse odioso, por seu aventureirismo inescrupuloso e por seu partidarismo estreito e nocivo, concorreram para empenar a ação serena, correta e patriótica de Getúlio Vargas, no seu longo período de Governo dedicado, unicamente, ao progresso e ao prestígio do Brasil.

Que os culpados, desde já, se penitenciam e se apontam à ira dos deuses, que, não obstante tudo, dos mistérios do além, por sua bondade e excelsa, piedoso e tolerante, Getúlio Vargas ainda saberá perdoar-lhes a fraqueza vil.

Era, Senhor Presidente, o que tinha a dizer, como amigo e correligionário, a respeito, de um dos maiores e mais honrados homens públicos de todos os tempos, tragicamente desaparecido no exercício da Presidência da República, para cujo Governo de benemerência e realizações, no entanto, pelo julgamento judicioso do nosso povo, já estão asseguradas as mais gratas e auras páginas da história.

Outrossim, solicito que este Legislativo encaminhe Telex de aplauso ao Senado e Câmara dos Deputados e ao ilustre Deputado Fernando Gama — autor da iniciativa — pela aprovação do nome de "Presidente Getúlio Vargas" à Refinaria de Petróleo de Araucária.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1975".

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As contradições do nosso regime.

O triste e lamentável episódio ocorrido na Casa do Estudante Universitário, pelas circunstâncias como se desenrolou e pelas vinculações que falso interventor possuía, deixam lugar a muitas conclusões, que a nós intérpretes do atual momento político não nos podemos furtar de alguns comentários.

Primeiramente, até que surja a palavra oficial do Ministério da Educação, revelando-se o interventor ora ou não credenciado, temos que aceitar a versão mais branda para o Governo, a qual seja de que simplesmente se tratou de um golpe, de um vigarista com vinculações em órgãos governamentais. Acreditamos que a MEC, pelo envolvimento até de conhecimento público a que esteve sujeito o próprio Ministro da Educação, informará a opinião pública, preocupação que deve se estender ao Magnífico Reitor da Universidade, que segundo consta, teria apresentado o INTERVENTOR junto à Diretoria da CEU.

Entretanto, prefiro analisar a questão como se tudo não passasse de um golpe idealizado e realizado por um mau caráter. Para se conseguir isso é evidente que referida pessoa tinha vínculos e livre trânsito no Ministério da Educação e, para os que sabem que os corredores palacianos de qualquer governo de muitos países do mundo, tudo é possível, fácil é compreender estas vinculações.

Todavia é difícil de se compreender é como um homem consegue enganar centenas de universitários, se fazendo passar por autoridades.

Mas não houve engano por parte de muitos estudantes que desde cedo desconfiaram do interventor, de suas intenções. Oposição a este interventor começou a se esboçar desde cedo, mas foi de imediato contida porque afixou-se no mural da CEU, um AVISO DE QUE A DOPS FARIA UMA TRIAGEM NOS MORA-DORES SUPEITOS. Não faltaram nesta ocasião os "informadores ou dedos duros" que relatavam ao INTERVENTOR quem se opusesse o seu jugo e ao seu mando.

Sobre os rebeldes pairavam as ameaças de serem taxados de SUBVERSIVOS valendo dizer, seriam compelidos a abandonar a CEU. E tudo isso não foi questão de dias, mas de meses, ou mais precisamente de cinco meses que vivem a Casa do Estudante Universitário.

Como afirmei, algumas conclusões devem ser tiradas do episódio, pois a prática dos fatos reais da vida, é que fornecem dados indiscutíveis. Temos uma legislação que veda ao estudante quer na escola ou nos seus grêmios e associações, qualquer manifestação que não seja curricular e cuja lei traduzida na frase é conhecida pelo princípio de que "O ESTUDANTE É PARA ESTUDAR" e nunca para impor-se como cidadão participante de uma sociedade em que possa contestar as verdades existentes.

Pergunto: Num clima de liberdade ao Estudante, em que manifestações as mais justas, como a discordar da orientação dada pelo falso interventor pudessem ser realizadas, teria acontecido. Teria acontecido o golpe se não existisse a ameaça da triagem da DOPS, teriam sofrido calados e temerosos mais de 300 universitários se sobre elas não pairasse a "guilhotina do 477" que ameaça a todos os estudantes? Teria se verificado os atos de corrupção e o golpe de elementos vinculados ao Ministério da Educação, que chegaram dar uma biblioteca ao famigerado professor Salles, sem comentar os documentos e pastas da própria Presidência da República que foram posteriormente encontrados e das quais se servia o falso interventor para conseguir o convencimento e o clima de amordaçamento aos universitários?

São indagações que levantamos nesta Casa e mesmo conclusões que podemos tirar das contradições deste Regime.

Se amordaça o estudante para que ele não se transforme num subversivo, mas se propicia clima para que a corrupção

campeie desde o Gabinete do próprio Ministério e quiçá até, a própria Presidência.

Todo governo tem seus Gregórios, mas o que todo governo não pode esquecer é que a juventude não pode ficar amordaçada como a nossa está. Amordaçada a tal ponto, que mesmo agora, depois de descoberto o golpe na CEU, seus moradores ainda não têm coragem de se identificar até para contar o drama que viveram. Este medo, este pavor está traduzido na frase inicial de sua reportagem de jornal "Tribunal do Paraná", edição de ontem, quando sob o título "Seu sonho era ser imperador" assim informou:

"Um estudante morador há três anos na Casa do Estudante Universitário, cujo nome não pode ser revelado por motivos óbvios descreve assim a passagem de Neidder Salles pela CEU".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, usei da palavra, para que o Ministério da Educação, pela sua nota oficial esclareça quais os motivos óbvios que um estudante da Casa do nosso estudante universitário não pode, mesmo para um jornal revelar o seu nome. E que mesmo descoberto o golpe, de que um vigarista, um mau caráter, tenha se apossado do dinheiro da Casa do Estudante Universitário, seus moradores não podem, por motivos óbvios, revelar o seu nome para contar esta história. Para que o Ministério esclareça isso, é que eu usei da palavra, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, terceiro orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinceramente, eu me inscrevi neste expediente, para falar de um outro assunto.

Mas, diante do pronunciamento do nobre Deputado Nilso Sguarezzi, vejo-me obrigado a usar da palavra, para discordar do nobre orador, quando diz em um momento infeliz, na sua oração atribuir no regime democrático brasileiro, os tumultos havidos na Casa do Estudante Universitário, por dizer que do regime é que vem a possibilidade maior, de fatos desta natureza.

Quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fácil e notório verificar que a causa precípua do sistema democrático, do regime brasileiro de democracia, que o motivo principal é que a Revolução, o Poder Central façam com que o mau uso de liberdade seja cerceado para evitar que indivíduos sem moral, sem vivência democrática, aproveitando-se da própria liberdade deste País adentrem numa Casa de Estudantes Universitários ou em outro tipo de organização e abusem da liberdade.

Foi o que aconteceu na Casa do Estudante Universitário. Foi justamente o abuso da liberdade e é contra estes fatos, contra a somatória de acontecimentos desta natureza, que a Revolução houve por bem tomar medidas coercitivas para aqueles que pretendem ou pretenderem — e aqui está mais um exemplo documentado — usufruir da liberdade de um País onde todos têm o direito do exercício pleno de sua vontade democrática.

E aqui, Sr. Presidente, queremos fazer das nossas palavras mais uma vez a manifestação de solidariedade ao regime brasileiro. Porque jamais poderemos dizer que este regime é que facilita estes fatos, justamente no seio da classe sobre a qual paira o futuro do País.

Quero deixar bem claro que é por falta do bom uso da liberdade, que é por fatos desta natureza que este regime tem que continuar. Naturalmente S. Exa. o Presidente da República pretendia, quando usou a frase "distensão política", pretendia talvez, numa abertura, testar o exercício da liberdade, mas a cada dia, a cada momento, estamos conscientes de que nem todos podem usar da liberdade, e este é um documento de que ainda temos, na juventude, a necessidade da fiscalização. Todos fomos jovens e quase todos universitários. Todos por lá passamos e participantes de movimentos de rua, de movimentos de casa de

estudantes. Também pertenci àquela classe que lutava para sobreviver como estudante.

Mas nunca em minha vida estudantil — como estudante pobre — o saldo dessas manifestações foram positivos. Os grupos que se faziam para, lutando em praça pública, no meio das ruas, nunca trouxeram benefício algum para a classe universitária.

Sempre foi através de estudos, de livros, de pesquisas, do diálogo democrático, que conseguimos alguma coisa. Mas nunca através de manifestações públicas, de tumultos, que a classe universitária de meu tempo e de agora, conseguiu alguma coisa.

Portanto, Sr. Presidente, creio que este regime está certo e tem que continuar.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, requeiro, verificação de quorum, através de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, o Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 50/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno Infantil a ser realizado em Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando a realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento da classe Grupo Materno-Infantil a ser realizado em Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 51/75, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, aplicando dotações e verbas que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de polícia

local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 51/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 51/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 178/74, que declara utilidade pública o Centro Social Beneficente da Paróquia de São Cristóvão, cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI nº 178/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL BENEFICENTE DA PARÓQUIA DE SÃO CRISTÓVÃO, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 40/75, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) da cidade de Medianeira. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 40/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE, com sede na cidade de Medianeira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 56/75, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 56/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 70/75, que dispõe sobre o valor da pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado na Lei nº 6468, de 18 de outubro de 1973, e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 70/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O valor da pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores eleitos do Estado do Paraná, fixado na Lei 6468, de 18 de outubro de 1973, fica majorado para o equivalente a dez (10) salários mínimos vigentes para a Capital do Estado.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

- aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja determinado aos órgãos competentes, a suspensão do abate de equinos e muare, no território nacional, visto que já foram dizimados e quase extintos a manada de nossos animais. — Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Regional do FUNRURAL, solicitando o restabelecimento da sua representação na cidade de Palmeira, para atendimento de seus associados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Senado Federal e Câmara dos Deputados, e ao Sr. Deputado Fernando Gama, autor da iniciativa, pela aprovação do nome de "Presidente Getúlio Vargas" à Refinaria de Petróleo da Araucária — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 127/74 e 147/74.
2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 53/75;
1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 23/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 601/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6438/75, de 25 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 23 de janeiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 602/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6641/75, de 02 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a FRANCISCO DRANKA, ocupante do cargo de nível PL “30”, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 603/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4144/75, de 30 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LUPERCINA ROCHA CONTE, ocupante do cargo de nível PL “30”, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com

o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 604/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4330/75, de 6 de maio de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARIA DE LOURDES MALTAURO, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 19 de fevereiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de dezembro”, em 19 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

PORTARIA Nº 448/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8064/75, de 14 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria, 173/75, aos funcionários ABIB MIGUEL, BRIGIDA LOBO KOLAROVICS e ETHEL DE PINHO NEVES, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 595/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7439/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, o Decreto Legislativo 532/75, que designou MIGUEL JORGE NASSAR NETO, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Chefe da Secção de Chefe de Cadastro de Deputados, a partir de 28 de julho de 1975.—

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de agosto de 1975.

- a— PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a— AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a— MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário